

Sumário

<i>Prefácio à nova edição</i>	11
<i>Prefácio</i>	15
<i>Introdução</i>	19
1. A uniformização da língua e a unidade nacional	33
O mesmo homem, a mesma língua: a língua pátria	37
A simplificação da língua	52
2. A institucionalização dos distúrbios e dos atendimentos especializados	59
A educação como método moralizador.....	61
A escola higiênica: a clínica na escola	74
3. Distúrbios da linguagem: um sintoma da doença social	81
Da questão política das variações dialetais ao campo científico dos distúrbios da comunicação	82
Um novo campo para a ciência: o especialista dos erros da palavra e da higienização do som	101
Pré-história ou história?	117
<i>Referências bibliográficas</i>	125
<i>Fontes</i>	125
<i>Obra citadas</i>	129

Prefácio à nova edição

A reedição do livro de Ana Paula Berberian, uma década depois da primeira publicação, expressa o reconhecimento do campo fonoaudiológico em relação à importância e ao vigor da pesquisa empreendida pela autora na busca da historicidade da fonoaudiologia, especialmente na cidade de São Paulo. Berberian cumpriu seu intuito de oferecer à fonoaudiologia a possibilidade de conhecer e acompanhar *quando, como e por que* esta foi engendrada, contribuindo de forma singular para a superação da ingênua e equivocada idéia de que ela havia se iniciado, na década de 1960, com a criação dos primeiros cursos superiores de formação profissional no Brasil.

A autora põe à mostra que a fonoaudiologia estruturou-se a partir de interesses políticos do Estado Novo por meio de práticas disciplinadoras da linguagem. A ideologia nacionalista apregoava que a língua deveria garantir a unificação da nação e o conseqüente progresso do país. A criação da “língua pátria” mobilizou professores, filólogos e intelectuais do período. Variantes dialetais foram entendidas como “vícios e defeitos” que deveriam ser eliminados do falar popular.

Com base no entrecruzamento de discursos e documentos do período pesquisado – as décadas de 1920 a 1940 –, Berberian analisa de forma rigorosa medidas higienistas e moralizadoras voltadas à saúde, à educação e à cultura de determinados gru-

pos – especialmente direcionadas aos imigrantes – que incluíam a língua. A Saúde Escolar, por meio da ação de seus especialistas – médicos, psicólogos e professores –, deveria identificar e tratar as crianças cujo falar violasse as regras da língua nacional, tendo sido os professores identificados como os mais aptos para “correção de fala”. Configurou-se o perfil do especialista em erros da palavra, culminando 40 anos depois com a criação dos primeiros cursos de formação acadêmica no Brasil – Universidade de São Paulo.

O conhecimento da historicidade da fonoaudiologia, fruto fundamental do trabalho de Berberian, alicerçou e ampliou a extensão da reflexão sobre a construção conceitual e as terapêuticas em fonoaudiologia, sendo na atualidade referência tanto em estudos e pesquisas do campo fonoaudiológico quanto na formação acadêmica de futuros profissionais.

Além do mérito de apresentar os alicerces históricos de práticas sociais que culminaram com a institucionalização da formação profissional em fonoaudiologia, a pesquisadora ofereceu a possibilidade de conhecer e compreender as relações históricas estabelecidas entre a fonoaudiologia e a educação, apontando a gênese de práticas fonoaudiológicas de intervenção no âmbito escolar que, assentadas em uma visão preventiva e reabilitadora dos chamados “vícios e defeitos de fala”, corroboraram com a medicalização do ensino em nosso país, cumprindo um papel político bastante duvidoso no que diz respeito aos atores envolvidos no processo ensino-aprendizagem: o aluno e o professor. Nesse sentido, o trabalho de Berberian é fonte não só de fonoaudiólogos, mas de todos aqueles que se comprometem com a transformação da educação.

Entendo que, ao oferecer subsídios para o conhecimento dos determinantes históricos que marcaram o início da prática fonoaudiológica brasileira, Berberian reafirmou a premissa do his-

toriador e jornalista brasileiro Oscar Pilagallo de que “toda história é contemporânea: o passado só faz sentido se visto através da lente do presente e à luz de seus problemas. Sem diálogo entre eventos transcorridos e emergentes, não há história – há apenas uma seqüência de fatos sem significado especial”. Berberian trouxe à tona o diálogo entre eventos transcorridos e emergentes, assumiu o compromisso com a consolidação de um campo de conhecimento e de uma práxis e, sobretudo, aceitou, nas palavras de Pilagallo, que “escrever sobre a história enquanto ela acontece implica um risco inescapável. Quanto menor a distância em relação ao fato, mais difícil distinguir o perene do efêmero”.

O livro não se restringe ao entrecruzar dos múltiplos tempos que compõem a história da fonoaudiologia, mas se projeta em perspectiva, o que o torna leitura instigante para a formulação dinâmica, aberta e inacabada, que caracteriza a produção de conhecimento. Berberian sabe que são, nas palavras da psicóloga social Ecléa Bosi: *o dia-a-dia das oficinas escuras da investigação, esses fundos de quintal onde se trabalha duro, mas onde ninguém vai depois que a casa está arrumada, o locus* de todo pesquisador comprometido com seu objeto. A trajetória profissional e a produção de outras significativas publicações da Profa. Dra. Ana Paula Berberian permanecem expressando a sua genuína dedicação à consolidação de um campo de conhecimento cuja práxis esteja absolutamente comprometida com seus possíveis destinatários, sejam eles alunos, colegas e, sobretudo, aqueles a quem são dirigidas suas intervenções.

O livro de Berberian é um belo trabalho que permanece convidando o leitor a novos e inigualáveis comprometimentos.

Denise de Oliveira Teixeira

Professora do curso de Fonoaudiologia
da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prefácio à primeira edição

Em 1961, prefaciando *Os condenados da terra*, livro no qual o psiquiatra negro Frantz Fanon denuncia a barbárie do colonialismo francês na Argélia, Jean-Paul Sartre chamava a atenção para o poder da imposição da língua do colonizador como instrumento de domesticação do colonizado. À voz assim adquirida Sartre deu o nome de *mordação sonora*. É dessa perspectiva que Ana Paula Berberian faz, com rara lucidez, a crítica de um fazer profissional, desvelando-o como prática política que, ao impor modos de falar, amordaça a palavra afinada com a vivência da opressão.

A realização dessa tarefa desmistificada requer uma mudança drástica do olhar do pesquisador: é a adesão a uma perspectiva histórica de homem e sociedade que permite compreender que as culturas dominante e dominada e as relações tensas que se estabelecem entre elas não independem das relações sociais de produção; antes, são engendradas no bojo do embate surdo ou manifesto dos interesses inconciliáveis das classes em confronto.

Assumindo esse ângulo de visão, Berberian faz saber aos fonoaudiólogos que a ciência não é neutra, que o conhecimento não é desinteressado, e que a maneira mais fecunda de esclarecer o compromisso que subjaz a uma área de conhecimento é, como ela mesma diz, “compreender as razões históricas” que a constituem. Essa postura tem na retaguarda nomes fundamen-

tais, como Henri Lefèbvre, que em *Lógica formal/lógica dialéctica* advertia para os descaminhos da história do conhecimento que se atém a discussões abstratas dos sistemas, sem buscar suas bases materiais, e fica impossibilitada de fazer uma *história social das idéias*.

Ao contrário da história oficial da fonoaudiologia, este livro vai em busca da raiz dessa especialidade, “define os seus compromissos sociais e históricos, localiza a perspectiva que a construiu, descobre a maneira de pensar e interpretar a vida social da classe que apresenta esse conhecimento como universal”, em consonância com a definição de *crítica* que José de Souza Martins registra no Prefácio de *Sociologia e sociedade*. Só assim a autora pôde mostrar aos que se dedicam cotidianamente ao ensino e à prática da fonoaudiologia que a história dessa profissão não começa na década em que foram criados os cursos universitários especializados, mas muito antes, nas décadas de 1920, 1930 e 1940, no calor da luta de classes que marcou a Primeira República e o Estado Novo, quando a homogeneização da língua, por meio da escola e de seus especialistas, visava ao controle social, ao disciplinamento de corpos e mentes de imigrantes e nativos pobres, à desmobilização política, em nome de uma idéia abstrata de nação, mas de fato a serviço do capital.

A desqualificação pela ciência dos povos colonizados e dos trabalhadores pobres nas sociedades capitalistas industriais tem início no século XIX e se consolida no século XX. Iniciada pela biologia – convém não esquecer o racismo científico –, encontrou acolhida nas teorias das ciências humanas e sociais, que se encarregaram de fazer parecer natural o que é social, o que é produzido historicamente. O mito da natureza primitiva, atrasada, da cultura dos explorados é antigo e contém o mito de sua *deficiência de linguagem*, crença que atingiu o apogeu no interior da conhecida “teoria da carência cultural”, forjada nos Es-

tados Unidos nos anos 1960 como resposta da ciência aos clamores de igualdade das chamadas minorias étnicas. Naquela época, psicólogos, lingüistas e fonoaudiólogos desempenharam importante papel político conservador, ao diagnosticar e “curar” a fala de crianças negras e latino-americanas com dificuldades de escolarização (na verdade, impostas pela discriminação, pelo preconceito e por uma escola de má qualidade), pela “modelagem” e modificação de seu comportamento verbal segundo as técnicas da *behavioral science*. No Brasil, foi grande a produção acadêmica nessa mesma direção, cuja influência se faz sentir ainda hoje nas práticas de ensino e avaliação nas escolas públicas brasileiras.

Há, no entanto, vozes dissonantes nos meios onde se produz o discurso científico supostamente acima de qualquer suspeita. Menciono três: a produção do lingüista da Unicamp Luiz Carlos Cagliari, em especial o artigo “O príncipe que virou sapo”, no qual ele desmonta um a um os pressupostos que têm norteado a prática dos profissionais da alfabetização e dos “distúrbios da linguagem” que não são distúrbios; os trabalhos de Ecléa Bosi, com destaque para o artigo “Problemas ligados à cultura das classes pobres”, no qual ela alerta para a importância dos recursos expressivos da fala do oprimido e para a sua relação com as condições de vida na pobreza, bem como para as ciladas políticas contidas na imposição de um código lingüístico em detrimento de outro; *Fonoaudiologia e educação – Um encontro histórico*, de Ana Paula Berberian, que pela primeira vez na academia faz a crítica da fonoaudiologia e revela que, em se tratando de idéias profissionais, o que parece apolítico é profundamente político. Todos eles, evidentemente, sabem que o acesso à chamada “norma culta” é um direito das classes populares. A questão que se coloca aos educadores é como garantir esse direito sem que se configure uma violência simbólica, sem que o oprimido tenha de renegar sua classe e sua cultura, fazer o eco da voz dos dominantes, voltar-se contra os seus iguais.

Ana Paula Berberian analisa um caso no qual profissionais voltados para o “atendimento do homem” cumprem o papel de intermediários na produção de controle e de exclusão sociais que só interessam aos que se beneficiam da ordem social em vigor. Resta lembrar que eles não são impostores; são, isto sim, profissionais que foram destituídos das ferramentas intelectuais que lhes possibilitariam a crítica de sua profissão. Como diz Agnes Heller, “fazem história, mas não sabem disso”; sem perceber, somam com os que dominam, porque são “especialistas”, isto é, portadores de um saber fragmentado que engendra técnicas neutras só na aparência. Felizmente, este livro vem a público para convidá-los à reflexão.

Maria Helena Souza Patto

São Paulo, agosto de 1995